

## A SUPREMACIA DOS EUA NO PÓS-GUERRA FRIA

Marcelo SANTOS<sup>1</sup>

- RESUMO: O artigo procura apresentar os principais elementos da supremacia dos EUA no mundo pós-guerra fria. Para tanto, recua no tempo e analisa a crise de expansão hegemônica do poder norte-americano nos anos 70, que foi seguida por respostas políticas, militares, monetárias e financeiras dos EUA que, no conjunto, se constituíram num projeto de dimensão imperial no pós-guerra fria.
- PALAVRAS-CHAVE: EUA. Financeirização. Defesa. Ordem pós-guerra fria.

### O poder monetário e financeiro

Como principal potência capitalista após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América (EUA) tiveram um papel decisivo na organização do sistema monetário criado em 1944, em Bretton Woods, que estabeleceu uma taxa de câmbio fixa entre o dólar e o ouro (U\$ 35 por onça de ouro), criou novas instituições econômicas internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e substituiu a regulamentação privada pela regulamentação pública nas altas finanças. A condição de emissor do dinheiro mundial foi possível aos EUA graças ao seu poder financeiro, industrial, tecnológico e competitivo, superior aos demais países capitalistas no imediato pós-guerra, fato que possibilitou a acumulação de superávits nas suas contas externas, adquirindo, assim, reservas em ouro e obrigações de outros países.

Constituído assim numa sólida base econômica, dando as cartas nas instituições monetárias internacionais e promovendo a expansão de suas corporações, os EUA alavancaram a fase

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP – Universidade de Campinas – 13083-970 – Campinas – SP – Brasil. Email: marsant28@yahoo.com.br.

de expansão material da economia capitalista no pós-guerra. O período que se estende do final da década de 40 ao início da década de 70 foi marcado na história do capitalismo mundial como uma fase de prosperidade e expansão, na qual grande parte das economias capitalistas avançadas teve índices de crescimento de investimento, de produção, de emprego e de salário sem precedentes históricos. Essa é a época em que se desenvolve o auge da hegemonia norte-americana sobre o mundo capitalista, proporcionando o desenvolvimento econômico com altas taxas de lucro não somente aos EUA, como também para os seus aliados e concorrentes no mundo capitalista avançado. A hegemonia norte-americana colocada nos arranjos militares, diplomáticos e nos acordos comerciais, produtivos, tecnológicos e financeiros possibilitou a um conjunto de países o planejamento econômico nacional, com a adoção de políticas econômicas de cunho keynesiano, de natureza anticíclica, nas quais o Estado assumia um papel importante na regulação, no planejamento e na coordenação do processo de acumulação. Vale lembrar que o padrão de acumulação capitalista que surgiu no pós-guerra foi fruto de relações políticas impostas ao capital e não sob as condições por ele desejadas.

O sistema econômico internacional que surgiu sob a hegemonia norte-americana promoveu a integração dos mercados dos países centrais (EUA, Europa e Japão), dinamizando o crescimento desses países num contexto de expansão contínua do mercado mundial capitalista. Papel decisivo nesse processo foi cumprido pelas corporações norte-americanas, que, ao se projetarem internacionalmente, difundiram seus padrões de organização, produção, distribuição, financiamento e consumo, transformando-se no modelo de empresas para europeus e japoneses.

Nesse período, o êxito dos EUA na contenção ao comunismo e na expansão de seu capitalismo corporativo passava pela recuperação econômica da Europa e do Japão, levando os norte-americanos a promoverem uma gestão multilateral e cooperativa de sua hegemonia, marcada pela ajuda econômica e política aos seus aliados e concorrentes capitalistas. Cabe reconhecer, no entanto, que ao longo do período expansionista pós-1945, foram sendo gestadas as condições que trariam novamente as crises econômicas e as competições interestatal e intercapitalista, inerentes ao capitalismo. Primeiro que, mesmo em um período de

“hegemonia benevolente”, os EUA mantiveram um permanente expansionismo do seu poder no sistema internacional, passando a encontrar limites na própria ordem internacional montada no pós-guerra. Segundo que, aos poucos, os parceiros econômicos dos EUA começaram a retomar seus projetos nacionais de expansão territorial e econômica, competindo com ele por mercados e territórios. A recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão permitiu a formação de poderosas corporações transnacionais nesses países, sobretudo na Alemanha e no Japão, que passaram a disputar os mercados internos e externos com as corporações norte-americanas. Com salários inferiores aos padrões norte-americanos, desenvolvimento tecnológico e uma produtividade maior do que a média norte-americana em alguns setores, as corporações japonesas e alemãs conseguiram baixar os preços de seus produtos no mercado mundial, tornando-se líderes em setores importantes da economia mundial.

Nesse contexto, já em meados dos anos 60, a economia norte-americana começava a vivenciar um excesso de capacidade e produção, que foi seguido por uma queda da taxa média de lucro. Algo semelhante começou a ocorrer com as economias japonesa, alemã e outras européias no início da década de 1970. De modo breve, pode-se dizer que a economia capitalista entrava numa crise de superprodução, marcada pela diminuição do potencial de crescimento dos mercados domésticos das economias centrais, gerando um aumento da capacidade ociosa de produção na indústria e uma redução da taxa média de lucro das grandes empresas (MANDEL, 1990; BEINSTEIN, 2001). Acrescente-se a essa conjuntura econômica, já deteriorada, o choque do petróleo de 1973-74, que, embora não seja a causa e nem o estopim da crise, acabou aumentando a sua gravidade, selando o fim da fase de expansão capitalista do pós-guerra e dando início a um longo período de desaceleração do crescimento da economia mundial. A aceleração das taxas de inflação, a diminuição da produtividade e dos índices de crescimento, a elevação dos déficits públicos e o crescimento do desemprego anunciavam a crise do padrão de acumulação capitalista que marcou o desenvolvimento dos países centrais desde o pós-guerra.

Naquele momento já se desenhavam os contornos e os movimentos que predominam na atual fase do capitalismo, marcados pelo deslocamento dos capitais da esfera produtiva para a esfera financeira. Diante da queda da rentabilidade do

capital investido na indústria, os capitalistas saíram em busca de formas de valorização puramente financeiras. A dinamização do mercado de eurodólares, no final dos anos 60, fora do âmbito dos sistemas financeiros nacionais, foi o primeiro passo nesse processo de expansão financeira. As corporações, sobretudo norte-americanas, começaram a depositar parte de seus capitais nesse mercado financeiro na cidade de Londres, promovendo uma fuga maciça de capitais da economia norte-americana. Aos poucos, o controle sobre a liquidez mundial começava a passar das mãos dos órgãos públicos para a iniciativa privada (ARRIGHI, 1996; CHESNAIS, 1996).

Esse é o cenário no qual se instala e se difunde a crise de expansão do poder hegemônico norte-americano pelo mundo, verificada em vários níveis, principalmente econômico. Sua economia entrava na década de 1970 marcada por um duplo déficit, orçamentário e comercial, que impunha restrições à expansão do seu poder pelo mundo capitalista. No campo comercial, os capitalistas norte-americanos estavam sendo desafiados por seus rivais japoneses e alemães, que passaram a acumular superávits comerciais em relação aos EUA, promovendo a transferência de parte das reservas estrangeiras e de ouro dos EUA para esses países. No campo orçamentário, para manter e expandir seu poder sobre o mundo capitalista, os EUA vinham, desde o final da segunda guerra mundial, acumulando gastos astronômicos no exterior com a reconstrução da Europa e do Japão, a manutenção de bases militares e o financiamento de guerras localizadas, gerando uma crescente emissão de dólares para além das reservas em ouro (MAGDOFF; SWEEZY, 1978). Além disso, conforme foi enfocado anteriormente, as próprias corporações norte-americanas estavam naquele momento transferindo capitais para mercados financeiros fora dos EUA, proporcionando uma saída maciça de capitais da economia norte-americana. Acrescente-se a esse quadro, a atuação de corporações transnacionais, especuladores e países petrolíferos, que, percebendo os déficits da balança de pagamentos dos EUA, converteram grandes quantias de dólares em outras moedas, pressionando ainda mais a moeda dos EUA. Nesse contexto de crescente evasão de reservas, ficava cada vez mais difícil para o governo norte-americano manter o padrão de emissão de moedas necessário à manutenção e expansão da sua dominação imperialista.

A reação do governo dos EUA a essa situação foi uma série de decisões unilaterais, que demoliram o sistema monetário e financeiro estabelecido em Bretton Woods. Em agosto de 1971, o presidente Nixon decretou o fim da convertibilidade do dólar em ouro. Em fevereiro de 1973, colocou fim ao regime de taxas de câmbios fixas, forçando a economia mundial a adotar um regime de taxas de câmbio flutuantes. Tais medidas permitiram que as relações financeiras internacionais saíssem do controle dos bancos centrais nacionais, sobretudo dos países concorrentes dos EUA, e se concentrassem cada vez mais nos operadores financeiros privados (BRENNER, 2003; GOWAN, 2003). De acordo com Eric Helleiner (1995), o governo norte-americano entendia que um mercado financeiro internacional livre de controles nacionais preservaria não somente a posição financeira mundial privilegiada dos EUA, como também o papel internacional do dólar. Não é à toa que essas medidas foram adotadas de forma unilateral pelo governo norte-americano, sem consultas a outros países ou um acordo internacional. Claro que qualquer acordo com seus aliados e concorrentes naquele momento significaria impor limites orçamentários e fiscais aos EUA incompatíveis com seus planos e compromissos políticos, econômicos e militares de potência mundial. O fim da paridade do dólar frente ao ouro, por exemplo, deixava o tesouro dos EUA livre para emitir e movimentar o dólar segundo os seus desejos.<sup>2</sup> De acordo com Peter Gowan (2003), as decisões tomadas pelo governo Nixon visavam transformar o sistema monetário internacional em um regime de padrão dólar puro, dando aos EUA o controle exclusivo sobre a política monetária mundial, fato que permitiria aos norte-americanos influenciar o destino econômico dos outros países capitalistas.

Todas as tentativas dos principais países capitalistas, liderados por Alemanha, França e Japão, entre 1972 e 1974, de evitar o padrão dólar puro, controlar a mobilidade de capitais financeiros e construir uma nova ordem monetária internacional foram boicotadas pelos norte-americanos, que não desejavam uma nova ordem monetária multipolar. Como fica claro no episódio da alta do petróleo entre 1973 e 1974. A alta dos preços do petróleo, que multiplicou por quatro o preço do barril em 1973, gerou um

<sup>2</sup> Como exemplo, entre os anos de 1970 e 1973, os EUA utilizaram políticas monetárias expansionistas e políticas keynesianas de déficits orçamentários com os objetivos de estimular o crescimento doméstico, desvalorizar o dólar para baratear seus produtos no exterior e depreciar as reservas de dólares mantidos no exterior por governos e indivíduos estrangeiros.

excedente de capital em dólar nos países produtores, que não poderiam ser absorvidos pelos seus próprios setores produtivos, abrindo uma discussão sobre os procedimentos que deveriam ser adotados para a reciclagem desses capitais. O Japão e os demais países europeus queriam que os petrodólares fossem reciclados através do FMI. Tomando novamente posições unilaterais, o governo Nixon eliminou os controles sobre entradas e saídas de capitais financeiros, tornando possível a participação de todos os bancos norte-americanos na reciclagem, e não somente aqueles que operavam no mercado de eurodólares. Assim, os grandes bancos privados norte-americanos comandaram a reciclagem dos petrodólares (SOLOMON, 1999; ARCEO, 2002; GOWAN, 2003).

Durante a década de 1970, as tentativas de garantir a centralidade do dólar – mediante a desvinculação com o ouro e a adoção das taxas de câmbio flutuantes – determinaram o enfraquecimento da demanda por moeda norte-americana para transações e como reserva. Os crescentes déficits federais e de conta corrente, a adoção de políticas monetárias frouxas e as sucessivas desvalorizações, ameaçavam a posição do dólar como moeda de reserva internacional. Para Giovanni Arrighi (1996), a busca do governo norte-americano para aumentar seu poder estava gerando retornos rapidamente decrescentes, como a crise de confiança dos mercados internacionais no dólar.

Em outubro de 1979 – depois de o FMI esboçar uma certa autonomia em relação aos EUA, propondo um novo sistema monetário ancorado não mais no dólar, mas numa cesta de moedas dos principais países capitalistas – os EUA, agindo novamente de forma unilateral, promoveram uma vertiginosa majoração da sua taxa de juros interna, declarando que o dólar manteria sua situação de padrão monetário internacional e que a hegemonia da moeda norte-americana iria ser restaurada (TAVARES, 1997). Para Luiz Gonzaga Belluzzo (1999), o fortalecimento do dólar tinha se transformado numa questão fundamental para a manutenção da liderança do sistema financeiro e bancário norte-americano no âmbito da concorrência global. Com essa medida, que foi complementada com o fim ao controle sobre os movimentos de capitais com o exterior (entradas e saídas), cristalizaram-se os interesses do capital financeiro de Wall Street e a supremacia dos EUA no sistema monetário-financeiro internacional.

Assim, com a alta dos juros e a liberalização financeira, os EUA atraíram capitais do mundo inteiro para o seu mercado

financeiro, proporcionando a valorização do dólar, e, ao mesmo tempo, enquadraram os demais países capitalistas, aliados e concorrentes, que estavam ensaiando caminhos independentes, principalmente Japão e Alemanha.<sup>3</sup> Mais do que isso, com essas medidas o governo norte-americano estava obrigando os possuidores de excedentes de dólar no mundo inteiro a comprarem títulos da dívida do tesouro americano, que, definitivamente, passariam a ser os ativos líquidos de última instância na economia mundial (HUDSON, 2003). Nas palavras de Aloísio Teixeira (1999, p.185):

Depois de décadas em que alimentaram a liquidez mundial através de déficits em seu balanço de pagamentos, os Estados Unidos passariam agora a absorver liquidez, capitais e tecnologia do resto do mundo. Impor a supremacia do dólar foi, no entanto, a forma encontrada pela potência imperial para restaurar sua hegemonia ameaçada.

O processo de liberalização financeira e, por conseqüência, o fortalecimento do setor financeiro nos EUA (Wall Street), ainda foi complementado com uma mudança no ideário econômico mundial, a partir dos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA, no início da década de 80. A implementação de políticas econômicas de cunho neoliberal, marcadas pela liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais, acelerou radicalmente a integração internacional dos mercados financeiros mundiais.<sup>4</sup> Conforme afirma François Chesnais (1996, p.34):

<sup>3</sup> A política do dólar forte de Paul Volker (presidente do FED à época) permitiu aos EUA atrair os excedentes financeiros da Europa e do Japão, mergulhando essas regiões numa grande recessão, que se transformou em estagnação econômica. Esses excedentes financeiros, sobretudo provenientes do Japão, passaram a financiar o dinamismo da economia norte-americana e o seu enorme déficit público (fruto de cortes de impostos para as elites e gastos militares). Além disso, a majoração da taxa de juros norte-americana levou à explosão das dívidas dos países devedores latino-americanos, que nas décadas seguintes passaram a transferir cada vez mais recursos para a economia norte-americana. Como explica Maria da Conceição Tavares (1997, p.35-36): “Todos tiveram claro de 1979 a 1981, que não deviam alinhar-se, mas apesar disso todos foram sendo submetidos. Todos os países desenvolvidos do mundo, quaisquer que sejam seus governos – socialistas, social-democratas, conservadores, etc. – estão praticamente alinhados em termos de política cambial, política de taxa de juros, política monetária e política fiscal. O resultado deste movimento é que o espectro das taxas de crescimento, das taxas de câmbio e de juros passou a ser concêntrico ao desempenho destas variáveis no âmbito da economia americana. O ‘equilíbrio macroeconômico’ da economia mundial, dada a ‘dolarização’ generalizada do sistema de crédito, obriga a maioria dos países a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e a obter superávits comerciais crescentes para compensar a situação deficitária global da potência hegemônica.”

<sup>4</sup> Deve-se destacar que no caso norte-americano as medidas neoliberais estiveram relacionadas à liberalização do mercado financeiro, à diminuição dos gastos com bem-estar social e ao rebaixamento dos níveis salariais dos trabalhadores. Por outro lado, o governo Reagan não implementou toda a agenda

Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente.

Tomadas em conjunto, em suas implicações históricas e teóricas, as decisões unilaterais dos EUA, que levaram ao desmonte da ordem monetária do pós-guerra, decretaram o fim de um breve período de hegemonia benevolente norte-americana e anunciaram o início de um projeto imperial que se arrasta até os dias de hoje. Parece evidente que essas decisões livraram os EUA de suas limitações e de seus compromissos com as regras dos organismos internacionais, para poderem expandir sem entraves seu poder pelo mundo. A realidade é que essas medidas unilaterais conferiram aos EUA uma liberdade de manobra monetária e financeira muito maior do que o país tivera sob as regras de Bretton Woods, dada a liberdade que os EUA passaram a ter para decidir o preço do dólar, tendo em vista que a emissão da moeda já não estava mais vinculada às reservas em ouro. Além disso, os demais países capitalistas ficaram cada vez mais dependentes dos acontecimentos dos mercados financeiros anglo-americanos para administrar suas relações monetárias internacionais. E, ainda, é fundamental notar que essas decisões permitiram as instituições norte-americanas, como o Departamento do Tesouro e o Federal Reserve Board, influenciarem as tendências desses mercados financeiros (GOWAN, 2003). Essa é uma dimensão fundamental do que vem ocorrendo pelo mundo nas últimas décadas, ou seja, a manutenção do papel central do dólar na economia mundial, graças ao poderio dos EUA, cujos mercados financeiros e grandes bancos são os mais poderosos do mundo. Em outras palavras, é correto afirmar que os EUA se transformaram no pólo central da globalização e da dominação financeira no capitalismo contemporâneo. Conforme afirma Enrique Arceo (2002, p.90):

---

neoliberal, pois o Estado norte-americano continuou sendo bastante intervencionista na economia, praticando um keynesianismo bélico, além de investimentos produtivos e atração de capitais estrangeiros. Ou seja, um grande déficit público financiado por um processo de endividamento amparado na posição central de sua moeda e de seu mercado financeiro no mundo.

Trata-se da substituição de um sistema baseado em acordos entre estados, que conferia aos Estados Unidos um papel hegemônico mas impunha-lhes o cumprimento de uma disciplina (sistema que visava a permitir, em cada país, o controle do capital financeiro e a preeminência do capital produtivo com o apoio da classe operária, garantido pelo compromisso de manutenção do pleno emprego), por outro sistema em que as variáveis estão decisivamente condicionadas pela política monetária e fiscal da potência hegemônica e o capitalismo financeiro volta a ocupar um lugar central dentro do grupo de classes dominante.

Esse o contexto no qual os interesses das elites governantes norte-americanas e das altas finanças se entrelaçam, ocorrendo uma verdadeira simbiose entre Washington e Wall Street, que se beneficiam amplamente do processo de liberalização e desregulamentação total dos mercados monetários e financeiros mundiais, dado o papel central desempenhado pelo dólar nas transações econômicas internacionais e o poderio do sistema financeiro norte-americano. Pode-se dizer que, ao longo da década de 70, no contexto das crises da economia mundial e da hegemonia norte-americana, começaram a ocorrer mudanças significativas na correlação de forças sociais no interior do Estado norte-americano. Aos poucos, os interesses das altas finanças foram ganhando espaço no governo de Washington, juntamente com os interesses corporativos e militares, tendo influência decisiva no processo de acumulação e distribuição da riqueza capitalista. Não é demais afirmar que, enquanto as elites governantes dos EUA buscaram no capital financeiro o apoio para a expansão do seu poder, por consequência as altas finanças passaram a influenciar decisivamente as ações do governo. Basta observarmos os grupos sociais beneficiados pelas diretrizes internas e externas do Estado norte-americano nas últimas três décadas, tanto nos EUA quanto nos demais países. Talvez se possa falar numa vingança do capital financeiro contra as imposições, os limites e os regulamentos impostos pelos compromissos políticos do pós-guerra.

Está em curso, nas últimas décadas, um regime de acumulação capitalista, notadamente marcado pela mundialização das finanças, que nada guarda das características do regime de acumulação capitalista do pós-guerra. Como vimos, esse regime não é fruto de um desenvolvimento espontâneo e autônomo das forças do mercado ou do progresso tecnológico, mas é resultante de uma política unilateral praticada pelos EUA, a partir da

década de 70, visando expandir continuamente o seu poder global diante de um contexto de intensa competição interestatal e intercapitalista.

Nesse regime de acumulação capitalista, cuja principal moeda corrente internacional para transações e reservas é o dólar, o sistema monetário e financeiro mundial vem sendo conduzido de acordo com as estratégias globais das elites dominantes e governantes dos EUA. No novo padrão dólar flexível, os EUA não precisam mais manter o câmbio fixo e evitar déficits na conta corrente para manter as reservas em ouro, como ocorria no sistema de Bretton Woods. O fim da conversibilidade do dólar em ouro deu aos EUA a possibilidade de acumular déficits em conta corrente e na balança de pagamentos, que são financiados com ativos em sua própria moeda. Como demonstra Franklin Serrano (2004, p.211):

No atual padrão dólar flexível, os crescentes déficits em conta corrente não impõem nenhuma restrição de balança de pagamentos à economia americana. Como o dólar é o meio de pagamento internacional, ao contrário dos demais países, praticamente todas as importações dos EUA são pagas em dólar. Isto também implica que praticamente todos os passivos externos americanos são também denominados em dólar. Como os dólares são emitidos pelo FED (banco central americano) é simplesmente impossível (enquanto as importações americanas forem pagas em dólar), os EUA não terem recursos (dólares) suficientes para pagar suas contas externas. Além disso, naturalmente é o FED que determina diretamente a taxa de juros de curto prazo do dólar, enquanto as taxas de juros de longo prazo em dólar são inteiramente dominadas pelas expectativas do mercado sobre o curso futuro da taxa do FED. Portanto, como a dívida externa americana é em dólar, os EUA estão na posição peculiar de determinar unilateralmente a taxa de juros que incide sobre sua própria dívida externa. Como a dívida pública americana que paga os juros determinados pelo FED é o ativo financeiro de maior liquidez em dólar, ela é também o ativo de reserva mais importante do sistema financeiro internacional. Uma outra conseqüência do fato dos passivos externos americanos serem denominados em dólar é que, quando o dólar se desvaloriza em relação à moeda de algum outro país, quem sofre as perdas patrimoniais são os detentores da dívida externa americana deste país, e não os EUA.

Além disso, a posição central ocupada pelos EUA no comércio internacional e sobretudo nos mercados financeiros estimula a demanda internacional por moeda norte-americana, como ocorre no caso da atração de capital de curto prazo do resto do mundo, que migra para os EUA para adquirir ativos norte-americanos na forma de títulos públicos. Tal posição permite aos EUA comprar grande parte da produção mundial em valores deflacionados e reduzidos, e, posteriormente, reaver os mesmos dólares gastos, que voltam de outros países para serem investidos em Wall Street e nos certificados do tesouro norte-americano. Como exemplo, nas últimas décadas, os EUA têm servido como o grande mercado consumidor dos produtos dos países asiáticos, que utilizam os seus superávits comerciais com os EUA para a compra de títulos do próprio tesouro norte-americano, permitindo por conseqüência a expansão do crédito, a valorização de ativos e o crescimento econômico nos EUA.<sup>5</sup> Completando esse quadro, as famílias norte-americanas, que nada poupam, utilizam o acesso ao crédito para obter produtos baratos provenientes da Ásia (principalmente da China), selando uma relação de complementaridade e dependência entre essas regiões.<sup>6</sup> Note-se nesse processo, que os excedentes dos países concorrentes, contrapartida do déficit norte-americano, tendem a ser absorvidos pela própria economia norte-americana.

Tudo isso ocorre graças à posição central ocupada pelo dólar no sistema financeiro internacional e à situação dos EUA como país preferencial para aplicação e investimento do capital financeiro pelos governos, classes dominantes e elites rentistas de todo o mundo.<sup>7</sup> Em larga medida, pode-se dizer que a dívida pública norte-americana em dólares se transformou no principal ativo financeiro dos governos do mundo todo. O que está posto é um ciclo vicioso que estabelece uma relação de dependência da maior parte dos governos do mundo em relação aos mercados

<sup>5</sup> A China, por exemplo, em 2004 acumulava reservas internacionais de US\$470 bilhões, formadas principalmente por títulos do Tesouro norte-americano. Enquanto que o Japão possuía US\$840 bilhões em carteira. No total, os bancos centrais asiáticos acumulavam US\$2,2 trilhões.

<sup>6</sup> Essa relação de complementaridade com a China, benéfica para ambos, também traz uma contrapartida indesejada pelos EUA, que é o fortalecimento de um adversário que já disputa com os norte-americanos a hegemonia no sudeste asiático.

<sup>7</sup> Os fluxos de capitais para os EUA na última década passaram de US\$ 88 bilhões em 1990 para US\$ 865 bilhões em 2001. Segundo François Chesnais (2003), grande parte desses investimentos financeiros que afluem em direção a Wall Street são provenientes de grupos financeiros e industriais não-americanos e também de oligarcas e plutocratas do mundo inteiro. Esses recursos são resultado da exploração legal de operários e de camponeses, ou da lavagem de dinheiro em regiões de off-shore e outros paraísos fiscais situados na periferia dos grandes mercados financeiros.

norte-americanos e à concomitante “liquidez” gerada pela dívida dos EUA. De acordo com Maria Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo (2004, p.134-135, grifo do autor):

A “globalização americana” ensejou, de forma inédita, a articulação estrutural entre o sistema de crédito, a acumulação produtiva das empresas, o consumo privado e a gestão das finanças privadas e do Estado (particularmente da dívida pública). Esta verdadeira fusão de funções e de interesses reafirma o caráter essencialmente “coletivista” (e macroeconômico) da nova dinâmica de reprodução do capitalismo central. Uma exibição prática da “macroeconomia política” do Poder e da Riqueza Americanos, fundados nas relações entre hegemonia monetária, expansão do crédito, valorização de ativos e crescimento econômico.

Portanto, a supremacia do dólar e de Wall Street deve permanecer enquanto governos, classes dominantes e elites rentistas de todo o mundo estiverem dispostos a comprar e manter ativos norte-americanos, considerados os mais líquidos e seguros do mundo, pois contam com o respaldo dos poderes políticos, econômicos e militares do Estado norte-americano.

No atual cenário das relações de poder mundiais, ainda que os altos déficits dos EUA estejam gerando temores em alguns analistas e investidores, parece pouco provável uma ruptura dos concorrentes norte-americanos com o dólar. Ainda sem um grande rival, a supremacia do dólar vai se mantendo. Basta pensarmos as dificuldades enfrentadas pelo bloco europeu no sentido de afirmar o euro no mundo. No caso asiático, a proposta de uma moeda regional não prosperou, entre outras razões, pela forte dependência monetária em relação ao dólar. Sem deixar de mencionar que, durante a crise da Ásia de 1997, os EUA do presidente Clinton vetaram o projeto japonês de constituir um fundo de estabilização para a região, cerceando ainda mais a esfera de influência do iene. Ao longo das últimas décadas todas as propostas de cooperação multilateral para estabilizar as taxas de câmbio das grandes potências foram sistematicamente boicotadas pelos EUA.

Pode-se dizer que, desde o fim dos acordos de Bretton Woods, passando pelo fim da guerra fria, as elites dominantes e dirigentes dos EUA têm atuado no sentido de impor ao mundo um sistema monetário centrado no dólar e em Wall Street, como parte de seu projeto imperial. Tanto que depois

do fim do regime de Bretton Woods nenhum grande arranjo internacional substituiu oficialmente o padrão ouro-dólar. O controle sobre a criação do dinheiro e do crédito, sem qualquer restrição de balança de pagamentos, tem sido decisivo para a consolidação dos interesses geopolíticos e geoeconômicos norte-americanos. Com o novo regime de acumulação financeira, liberalizado e desregulamentado, o governo norte-americano tem desempenhado, com suas decisões sobre moedas e finanças, um papel decisivo no processo de acumulação assimétrica dos capitais privados e da distribuição desigual da riqueza mundial entre os Estados nacionais e entre as classes sociais (FIORI, 2001).

## O poder militar

A resposta norte-americana a sua crise de expansão hegemônica ocorrida na década de 1970, que no campo geoeconômico, conforme verificamos, reafirmou o papel do dólar e o poder de Wall Street, também ocorreu no plano geopolítico, com a recomposição da supremacia militar nas décadas seguintes. Desde os anos 80, com a administração de Reagan, está em curso um amplo processo de expansão dos gastos e das intervenções militares norte-americanas, buscando garantir a sua supremacia militar no mundo.<sup>8</sup> Deve-se notar que tal fato não constitui uma novidade na história norte-americana, pois desde o momento que ascendeu ao núcleo central do sistema internacional, os governos dos EUA deram atenção especial aos investimentos no seu complexo industrial-militar, visto como fundamental para a expansão de seu poder global.

Durante a década de 1970 o poder militar norte-americano foi desafiado em vários tabuleiros regionais, tais como no sudeste asiático, com a derrota no Vietnã e a vitória dos comunistas na Indochina, em 1975; no sul da Ásia, com os conflitos entre Índia e Paquistão, além da invasão do Afeganistão pela URSS, em 1979; no Oriente Médio, com a vitória da Revolução Islâmica do Irã, que derrubou o governo do Xá Reza Palevi, aliado dos EUA; na África, com a proclamação de regimes socialistas pró-URSS, como na Somália, Etiópia, Angola, Moçambique e Zaire; na América Latina, com a vitória sandinista na Nicarágua; etc. Todos esses acontecimentos levaram os EUA a colocarem fim à estratégia da

<sup>8</sup> Segundo Peter Scowen (2003), a média de operações militares dos EUA nos últimos 25 anos teria saltado de uma operação a cada três anos, para uma operação a cada dois meses.

Détente, dando início à Confrontação, com a chamada “Segunda Guerra Fria”. Em outras palavras, o projeto de dimensão imperial, que já se colocava no plano monetário-financeiro, ganhava sua versão militar com os EUA dispostos a vencerem definitivamente a Guerra Fria.

Com a vitória eleitoral do conservador Ronald Reagan em 1980, começava uma ofensiva do governo norte-americano visando reafirmar sua supremacia militar e econômica, que passava, entre outros aspectos, pela vitória na guerra fria. Apoiando-se na convicção messiânica de conceber o destino dos EUA como os salvadores do mundo, Reagan intensificou a corrida armamentista (programa “Guerra nas Estrelas”) com o objetivo de derrotar definitivamente o comunismo soviético, visto por ele como o “foco do mal”. Nesse horizonte, retomou-se o velho isolacionismo norte-americano, que se traduziu numa estratégia de unilateralismo global, menosprezando a Organização das Nações Unidas (ONU) e os demais organismos internacionais.<sup>9</sup> Tal estratégia colocou a debilitada URSS na defensiva, culminando mais tarde na sua decomposição.<sup>10</sup> Note-se que, durante toda a Guerra Fria, a União Soviética teve condições de rivalizar com os EUA apenas no campo militar, porém o mesmo não ocorreu no campo econômico.

Com o fim do comunismo soviético e o sucesso na campanha da Guerra do Golfo em 1991, os EUA, na condição de única superpotência, começaram a redesenhar suas estratégias geopolíticas pelo mundo, dentro de um contexto cada vez mais complexo. É importante ressaltar que o fim da guerra Fria não foi seguido de nenhum grande acordo internacional - envolvendo as grandes potências - que pudesse resultar no estabelecimento de uma nova ordem política, monetária e financeira mundial. Ao contrário, o mundo pós-guerra fria vem sendo marcado pela afirmação da supremacia militar, monetária e financeira norte-americana a serviço do seu grande capital, disposta a impedir, por um lado, o fortalecimento ou surgimento de potências concorrentes e, por outro, a realização de um grande acordo internacional que limite as ações dos EUA. De acordo com Henry

<sup>9</sup> Vale notar que o isolacionismo norte-americano nunca significou a não intervenção dos EUA no mundo. Ao contrário, sua essência está na rejeição a compromissos com outros Estados, que signifiquem obstáculos as suas ações pelo mundo.

<sup>10</sup> O fato de a URSS não conseguir acompanhar a nova corrida armamentista desencadeada por Reagan foi apenas um dos fatores que levaram ao seu colapso. Na verdade, o regime já vinha esgotando as suas potencialidades e sua legitimidade há mais de uma década.

Kissinger (2001), os impérios não pretendem atuar dentro de um sistema internacional, pois eles desejam ser o próprio sistema internacional.

Aos poucos, durante a década de 1990, os EUA foram estabelecendo os marcos fundamentais de sua supremacia militar global, valendo-se para isso de manobras na ONU e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de posições unilaterais, de alianças bilaterais com países estratégicos, do enquadramento do poderio europeu e asiático, da neutralização da China e da Rússia e da anulação de projetos de qualquer país que pretendesse desafiar o poderio norte-americano. Em larga medida, a estratégia político-militar norte-americana tem procurado subordinar os exércitos do mundo todo às diretrizes dadas pelo Departamento de Defesa dos EUA. Segundo Bacevich (2003), o projeto militar dos EUA pós-guerra fria pode ser resumido nos seguintes termos: um compromisso incessante com a manutenção e expansão da sua supremacia militar no mundo; e a crença de que essa supremacia militar é fundamental para garantir uma ordem econômica e política internacional, de acordo com os interesses dos EUA.

Dando início à era pós-guerra fria, a administração George Bush (1989-1993) promoveu uma intervenção militar unilateral no Panamá, em 1989, levando à derrubada do presidente Noriega (antigo aliado dos EUA) e assegurando, por consequência, a instalação de um governo amigo dos EUA num momento de mudança administrativa do Canal do Panamá. Na sequência, o governo Bush comandou a Operação Tempestade no deserto, logo após a invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1990. Sob o discurso da democracia, da paz e da liberdade, os EUA comandaram uma coalizão militar composta por 28 países com o aval da ONU, que rapidamente retirou do Kuwait as tropas iraquianas de Saddam Hussein, um antigo aliado e sócio comercial dos EUA. Importante salientar que por trás desta intervenção havia também outros motivos estratégicos, tal como impedir o Iraque de controlar as reservas de petróleo da região das quais necessitavam os países ocidentais. O rápido sucesso desta operação levou o presidente George Bush a anunciar “um novo século americano” com uma nova ordem mundial pós-guerra fria, baseada nos princípios e valores norte-americanos da democracia

de mercado.<sup>11</sup> E sem a presença de qualquer tipo de potência que pudesse desafiar o poderio norte-americano.<sup>12</sup>

Coube ao democrata Bill Clinton (1993-2001) a tarefa de consolidar a estratégia norte-americana para o pós-guerra fria. Depois de vencer as eleições com uma plataforma fundamentalmente doméstica, preconizada no seu slogan de campanha “É a economia, estúpido”, gradativamente o ativismo externo norte-americano (financeiro, ideológico e militar) foi ganhando cada vez mais espaço na sua agenda. No campo geoeconômico, em sintonia com mundo corporativo e financeiro, Clinton retomou a diplomacia norte-americana do Open Door, promovendo uma cruzada sistemática pelo mundo com o intuito de disseminar a democracia de mercado, agora sob a marca do neoliberalismo. De maneira incansável, os EUA empenharam-se no estabelecimento de normas internacionais que liberalizassem o comércio, as finanças e os investimentos de acordo com as injunções do grande capital, principalmente de base norte-americana.

No plano geopolítico, a administração Clinton continuou a redesenhar uma nova ordem mundial pós-guerra fria, altamente hierarquizada e baseada na supremacia militar dos EUA. Pode-se dizer que o fim da guerra fria não significou o desmonte da diplomacia total norte-americana, empenhada em moldar o mundo aos seus interesses e ideais, mas, ao contrário, o término do mundo bipolar tem levado os EUA a demarcarem interesses em todas regiões do planeta. Vale frisar que a desagregação do bloco soviético abriu uma vasta e lucrativa fronteira de expansão para o capitalismo. Para Samuel Huntington, representante de uma ala conservadora do pensamento norte-americano, a política externa dos EUA adotada a partir do governo Clinton está marcada por uma posição imperialista que tem deixado descontentes os aliados tradicionais e proporcionado a solidariedade entre os adversários. Como nas palavras do próprio Huntington (2003, p.15, tradução nossa):

<sup>11</sup> Quase que simultaneamente e sintomaticamente Francis Fukuyama (1992) anunciava o “fim da história” com a derrocada do comunismo e a vitória final da economia de mercado e da democracia liberal.

<sup>12</sup> Em 1991, o secretário de Defesa dos EUA, Dick Cheney, juntamente com um grupo de estrategistas civis do Pentágono (Paul Wolfowitz, Lewis Libby, Eric Edelman e Donald Rumsfeld), além de Colin Powell, elaborou uma estratégia para o mundo pós-guerra fria, que cabia aos EUA impedirem o surgimento de qualquer potência que pudesse desafiar-los novamente. Em 1997, esse mesmo grupo, acrescido de Francis Fukuyama (1992), elaborou um texto denominado o “Novo Século Americano”, defendendo o aumento dos gastos militares; a condenação de regimes hostis aos interesses e valores dos EUA; e a preservação de uma ordem internacional de acordo com a segurança, prosperidade e princípios dos EUA (FAZIO, 2003).

Nos últimos anos os Estados Unidos têm, entre outras coisas, tentado, ou ao menos dão a impressão de estar tentando, mais ou menos de forma unilateral, fazer o seguinte: pressionar outros países a adotarem valores e práticas norte-americanas no que diz respeito aos direitos humanos e à democracia; evitar que outros países adquiram capacidade militar que possa constituir um desafio à superioridade de seu arsenal de armas convencionais; impor o cumprimento de suas próprias leis fora de seu território a outras sociedades; atribuir classificações aos países de acordo com seu grau de aceitação aos padrões norte-americanos no que concerne a direitos humanos, drogas, terrorismo, proliferação de armas nucleares e de mísseis ou, mais recentemente, liberdade de religião; aplicar sanções aos países que não atendam tais padrões; promover os interesses empresariais norte-americanos sob a bandeira do livre comércio e da abertura de mercados; influenciar as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional segundo esses mesmos interesses corporativos; intervir em conflitos locais de pouco interesse direto para o país; impor a outros países a adoção de políticas econômicas e sociais que beneficiarão os interesses econômicos norte-americanos; promover a venda de armas para o exterior ao mesmo tempo procurando evitar vendas de natureza semelhante por parte de outros países.

Durante o governo Clinton foram incorporados 23 novos Estados a OTAN como “Associados na Paz”, compreendendo as regiões dos países bálticos aos Balcãs, passando pela parte meridional da antiga União Soviética, possibilitando aos EUA a construção de bases militares nessas regiões. Esses novos membros da OTAN, subalternos e estratégicos para os EUA, acabaram dando apoio logístico militar aos bombardeios norte-americanos na Iugoslávia em 1999. A incorporação à OTAN das ex-repúblicas soviéticas denominadas como GUUAM (Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia) possibilitou aos EUA uma aliança militar regional estrategicamente localizada no centro da riqueza petrolífera e de gás do mar Cáspio, com rotas de exportação (dutos) para o Ocidente. Deve-se destacar também o fato de a Geórgia, o Azerbaijão e o Uzbequistão terem abandonado a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) enfraquecendo ainda mais a cooperação militar entre as antigas repúblicas soviéticas.

Na Rússia, o apoio de Clinton a Boris Ieltsin rendeu bons lucros para as corporações norte-americanas nas privatizações.

Além disso, a política norte-americana de apoio à independência e o estabelecimento de relações econômicas e militares com os Estados que compõem a antiga “rota da seda” (Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Casaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão), colocou em risco o monopólio Russo sobre as rotas de transporte de petróleo e gás na região.<sup>13</sup> Em outras regiões da Ásia, os militares norte-americanos desenvolveram atividades no espaço aéreo da China, além de modernizarem o exército de Taiwan e da Coreia do Sul. Pode-se dizer que, muito sintomaticamente, a China ficou cercada por bases militares norte-americanas localizadas no mar do Sul, no estreito de Taiwan, na península da Coreia, no mar do Japão e na Ásia Central. Nas regiões da Europa Oriental e no Oriente Médio, a estabilidade preconizada pelos norte-americanos foi garantida mediante sucessivas intervenções militares, algumas vezes sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU, como ocorreu no Iraque em 1998, com a Operação Raposa do Deserto.

Na América Latina, o Haiti foi invadido pelos EUA sob a justificativa de uma intervenção “humanitária”, que, no limite, visava garantir um governo com o aval norte-americano e, ao mesmo tempo, evitar a presença de refugiados haitianos na Flórida. Tanto que, antes da invasão, o governo norte-americano já havia levado mais de 20.000 refugiados haitianos para a sua base militar em Guantanamo (Cuba). Ainda na região, o governo colombiano passou a ser um dos principais receptores de ajuda econômica e treinamento militar dos EUA com a formulação do Plano Colômbia, que segundo as agências norte-americanas deve combater o narcotráfico. Aliás, a era Clinton ficou marcada por uma crescente militarização da política de segurança norte-americana em relação à América Latina, com a instalação de

<sup>13</sup> Um relatório do Congresso norte-americano de fevereiro de 1998 destaca a “[...] estratégia da rota da seda”. “As políticas dos Estados Unidos com relação aos recursos energéticos desta região abrangem o apoio à independência dos Estados e ao estreitamento de seus vínculos com o Ocidente; o rompimento do monopólio da Rússia sobre as rotas de transporte de petróleo e gás; a garantia do fornecimento de energéticos ao Ocidente por diversos provedores; a construção de dutos até o oeste, que não passem pelo Irã; e a negação a este país da possibilidade de se transformar em uma ameaça para as economias da Ásia Central. A Ásia Central oferece importantes oportunidades de investimentos para diversas companhias estadunidenses, as quais, por sua vez, servirão de estímulo incalculável para o desenvolvimento econômico da região. Japão, Turquia, Irã, Europa Ocidental e China procuram oportunidades de desenvolvimento econômico e não estão de acordo com o predomínio russo na região. É essencial que os Estados Unidos compreendam os riscos que significa a Ásia Central, já que nossa intenção é elaborar uma política que sirva aos interesses dos Estados Unidos e das empresas estadunidenses”. Congresso dos Estados Unidos, audiência sobre os interesses dos Estados Unidos nas Repúblicas da Ásia Central, Câmara dos Deputados, Subcomissão sobre a Ásia e o Pacífico, Comissão de Relações Internacionais, Washington, D.C. <comdocs.house.gov/committees/intlrel/hfa48119.000/hfa48119-of.htm>, 12 de fevereiro de 1998. (apud CHOSSUDOVSKY, 2004, p.94).

várias bases militares, tais como: Iquitos, no Peru; Manta, no Equador; Aruba-Curaçao, nas Antilhas Holandesas; Comalapa, em El Salvador. Além disso, a perseguição a Cuba continuou com a aprovação da *Helms-Burton Act* que previa sanções norte-americanas aos países e empresas estrangeiras cujos negócios com Cuba envolvessem propriedades de norte-americanos expropriadas pela Revolução Cubana.

Em relação aos antigos parceiros da Aliança Atlântica vale notar que, embora Clinton tenha procurado a cooperação e o multilateralismo comedido, por várias vezes os EUA agiram de forma unilateral desagradando a esses aliados, como nos casos da ampliação da OTAN e da inclusão da Rússia no G7. E ainda não se pode esquecer de que durante o governo Clinton foram lançados as bases de um novo sistema de defesa contra mísseis balísticos para se defender de nações descritas pelos norte-americanos como “delinquentes”, casos do Iraque, do Irã, da Coreia do Norte e da Líbia. De acordo com dados da U.S. Commission National Security, citados em Bacevich (2003, p.143), no governo Clinton, “Os Estados Unidos se envolveram em 48 intervenções militares, muito mais do que em toda a Guerra Fria, período em que ocorreram 16 intervenções militares.” Podemos constatar que embora os gastos militares dos EUA tenham sido reduzidos durante o governo Clinton, isto não significou a redução das intervenções militares norte-americanas. Ao contrário, houve um crescimento da presença militar dos EUA no mundo. Na verdade, durante o seu governo teve início um processo de reestruturação das bases e dos efetivos militares norte-americanos no mundo de acordo com as novas diretrizes geopolíticas e geoeconômicas pós-guerra fria.

Embora o governo Clinton tenha falado no ato de sua posse em “multilateralismo positivo” e, durante sua administração, tenha feito consultas formais aos aliados e instituições internacionais, não conseguiu escapar ao velho unilateralismo norte-americano, e terminou seu mandato falando em EUA como “nação indispensável” ao mundo.<sup>14</sup> Sob o discurso liberal-internacionalista do poder pacífico e convergente dos mercados

<sup>14</sup> Para Martin Walker (1997, p.105, tradução nossa): “Toda a administração Clinton foi catequizada na convicção de que a sua é a ‘nação indispensável’, a superpotência sem a qual nenhuma liderança ou envolvimento sério pode ser conseguido internacionalmente. Esta é uma frase que Clinton tem usado repetidamente”. Como nas palavras de sua secretária de Estado, Madeleine Albright (apud JOHNSON, 2001, p.217, tradução nossa), em fevereiro de 1998, referindo-se ao Iraque: “Se temos que usar a força, isso ocorre porque somos a América. Somos a nação indispensável. Nossa altura é maior. Vemos mais longe no futuro.”

livres e globalizados, os EUA expandiram suas bases militares para todas as regiões consideradas estratégicas no mundo pós-guerra fria. A habilidade de Clinton estava na sua capacidade de fazer prevalecerem os interesses dos EUA no mundo, mediante a dissimulação da dominação, consultando e persuadindo seus aliados e clientes.

Uma das marcas dessa administração foi a utilização da doutrina da intervenção humanitária, mais tarde conhecida como “Doutrina Clinton”, na qual os EUA e seus aliados subalternos se atribuíram o direito da intervenção militar em regiões do mundo em que os direitos humanos estivessem sendo violados por guerras ou governantes. Cabe pensar um pouco sobre o caráter fundamental dessas intervenções militares, supostamente realizadas em defesa de causas humanitárias. Há um conjunto de interesses estratégicos dos EUA e seus aliados que vão além das preocupações humanitárias. Um exemplo foi a guerra do Kosovo em 1999, em que a aliança militar ocidental, a OTAN, bombardeou ininterruptamente a Sérvia, Montenegro e a província do Kosovo durante mais de dois meses, resultando na prisão do presidente sérvio Slobodan Milosevic, sem, no entanto, reorganizar o país e eliminar os conflitos étnicos. Mais do que salvar vidas e garantir um mundo multi-étnico no pós-guerra fria, o que estava em causa era a garantia dos interesses geoeconômicos e geopolíticos norte-americanos nessa região, tais como a interferência nos assuntos europeus e a instalação de bases militares no centro dos Balcãs.

Note-se que nessas intervenções, os EUA e seus aliados assumem a posição de juízes internacionais, como se estivessem acima do bem e do mal, e que, portanto podem fazer justiça em nome da humanidade. Uma outra questão que se coloca para vários analistas está relacionada ao caráter seletivo dessas intervenções supostamente humanitárias. Segundo Noam Chomsky (2003), essas intervenções foram altamente seletivas e serviram como forma de encobrir os seus verdadeiros objetivos. Em geral, os critérios utilizados para as intervenções dependeram dos interesses dos EUA e de seus aliados, como ocorreu nos casos da Turquia e do Timor Leste, onde governos financiados, armados e treinados pelos norte-americanos promoveram o massacre de milhares de pessoas (inclusive grupos étnicos, como os curdos na Turquia) e não foram punidos por nenhuma ação humanitária. Durante o governo Clinton, a África passou por guerras e crises políticas com um custo humano imenso e, nem por isso os EUA

fizeram uma grande intervenção humanitária na região. Ao contrário, o governo norte-americano boicotou várias iniciativas que poderiam evitar guerras na África.

Diferente de Clinton que, em vários momentos, procurou preservar e expandir os interesses dos EUA no mundo pós-guerra fria mediante a dissimulação da dominação, o governo Bush não teve a mesma disposição diplomática e consultiva para assuntos de política externa. Eleito num processo eleitoral confuso e duvidoso, George W. Bush, apoiado por grupos ultraconservadores, assumiu definitivamente o unilateralismo norte-americano pós-guerra fria, marcado sobretudo pela linguagem bélica. Ao tomar posse numa época de escândalos financeiros de corporações em Wall Street (Enron, WorldCom, Xerox, Tyco, QWest, Global Crossing, Bristol-Myers, Merck, etc), recessão econômica interna, resistências sociais à globalização neoliberal e intensa competição intercapitalista e interestatal, a administração Bush – sob a influência de poderosas corporações ligadas principalmente aos setores de extração, energia, armamentos e agroindústria – manteve o ativismo externo liberal de incentivar e promover a abertura e desregulamentação dos mercados do mundo todo. Ao mesmo tempo, deu seqüência de forma explícita ao projeto de império mundial, intensificando a escalada militar norte-americana, cujo orçamento de 2005 chegou a US\$ 420,7 bilhões.

Em poucos meses de governo, a administração George W. Bush rechaçou uma série de acordos internacionais que poderiam implicar limites tanto às ações do Estado norte-americano quanto às ações de suas grandes corporações, aumentando ainda mais o quadro de instabilidade do sistema internacional pós-guerra fria. No campo econômico, os EUA reafirmaram sua política protecionista em setores como o da agricultura e do aço, apesar de todas as reclamações de outros países na OMC. Nas questões referentes ao meio ambiente, o governo Bush anunciou, em 28 de março de 2001, que os EUA não ratificariam o Protocolo de Kioto de 1997, sobre a redução da emissão de seis tipos de gases poluentes até 2012, desagradando a grande parte da comunidade internacional. Dessa forma, o governo norte-americano assegurava vantagens comerciais competitivas as suas grandes corporações sobre suas adversárias européias e asiáticas. Além disso, Bush manteve a posição norte-americana de não firmar a Convenção da Basileia, que desde 1989 impôs regras de controle sobre a produção, processamento e transporte fronteiriço de resíduos

perigosos. Com essa medida o governo norte-americano deixava suas grandes corporações livres de legislações internacionais, enquanto continuava exportando resíduos perigosos (cianureto, mercúrio, selênio, elementos explosivos, etc) para os países subdesenvolvidos. Se em assuntos referentes ao meio ambiente a administração Bush se opôs à comunidade internacional, imagine a disposição norte-americana quanto aos temas relacionados a sua segurança nacional. Em 1º de maio de 2001, os EUA anunciaram a decisão de abandonar o tratado sobre o controle da produção de Mísseis Balísticos, que vigorava desde os acordos da Détente entre os EUA e a URSS durante a guerra fria. Pouco tempo depois, em 21 e 25 de julho de 2001, a administração Bush boicotou respectivamente as conferências internacionais sobre o controle de armas ligeiras (controlar o tráfico ilícito) e sobre armas biológicas, desagradando profundamente às pretensões da União Européia e da ONU. Em agosto de 2001, Bush enviou ao congresso a Lei de Proteção aos Membros do Serviço Norte-americano, deixando claro a intenção de não sujeitar militares norte-americanos a cortes internacionais, fato que ocorreu em 6 de maio de 2002, com a retirada de apoio dos EUA à criação de uma Corte Penal Internacional para julgar crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade. Acrescentando-se a esse quadro, a violação do espaço aéreo chinês por um avião de espionagem norte-americano e a decisão de Washington de rechaçar as negociações com a Coreia do Norte.

A escalada militar norte-americana ganhou novo impulso com os ataques de 11 de setembro de 2001 ao território norte-americano. Nesse dia, os símbolos do poder militar e financeiro dos EUA – com os quais os norte-americanos tentam impor seu projeto imperial ao mundo – foram atacados. Ao invés de um novo arranjo internacional pós-guerra fria, o que se viu na seqüência foi a reafirmação do projeto imperial norte-americano. Em resposta, o governo Bush – retomando o velho e poderoso discurso da missão civilizatória conferida por Deus à nação excepcional no mundo – lançou sua doutrina da Guerra Preventiva, com a publicação do documento A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos.<sup>15</sup> Nesse documento, os EUA, de forma unilateral, se reservam o que eles imaginam ser o “justo” direito da intervenção militar e preventiva em qualquer parte do mundo,

<sup>15</sup> O documento intitulado *The National Security Strategy* pode ser encontrado em versão integral na Internet, no seguinte endereço: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>>

que supostamente ameace a segurança norte-americana e do mundo. Nas expressões do próprio documento:

Ao mesmo tempo em que os EUA sempre se esforçarão para conquistar o apoio internacional, não vamos hesitar em agir sozinhos, se necessário, para exercer o nosso direito de autodefesa agindo de forma preventiva... Em vista dos objetivos de Estados delinquentes e terroristas, os EUA não podem mais depender somente de uma postura reativa como no passado... Para evitar atos hostis de nossos adversários, os EUA vão, se necessário, agir preventivamente... Nossas forças serão suficientemente fortes para dissuadir potenciais adversários de buscar desenvolvimento militar na esperança de ultrapassar, ou igualar, o poder dos Estados Unidos.(THE NATIONAL... 2002, p.6, tradução nossa).

Pode-se dizer que, com os ataques de 11 de setembro os EUA estabeleceram seu novo inimigo pós-guerra fria, denominado como “terrorismo internacional”.<sup>16</sup> Vale a pena refletir sobre a maneira como o tratamento dado pelos EUA a esse novo inimigo se associa às pretensões unipolares de setores das elites dominantes e governantes dos EUA. Assim como na administração Clinton, na qual os interesses norte-americanos no mundo estiveram disfarçados de intervenções militares “humanitárias”, de forma mais explícita e arrogante ocorre com a intervenção militar preventiva de Bush. Há toda uma gama de articulações políticas e econômicas que transforma a luta contra o terrorismo internacional num ato arbitrário dos EUA, tanto no que se refere à escolha dos supostos inimigos que devem ser atacados, quanto na escolha de seus aliados (“Ou vocês estão conosco ou contra nós”), fato que tem gerado ainda mais insegurança dentro do sistema mundial.

É possível reconhecer que as respostas dos EUA a esses ataques não inauguraram uma nova fase da política externa norte-americana pós-guerra fria no que diz respeito aos objetivos estratégicos, pois reforçaram e aceleraram as diretrizes unipolares que estavam em ação desde 1991, incrementando ainda mais o quadro de desequilíbrio e insegurança no sistema internacional. O que a “Doutrina Bush” trouxe de novo reside no estilo, nas táticas, assim como nos setores do capital e nos fatores da política

<sup>16</sup> No documento oficial do governo norte-americano está escrito: “Os Estados Unidos estão combatendo numa guerra contra o terrorismo de alcance global. O inimigo não é um regime político, pessoa, religião ou ideologia. O inimigo é o terrorismo premeditado, politicamente motivado que perpetra atos de violência contra civis.”(THE NATIONAL..., 2002, p. 5).

externa quanto ao exercício da supremacia norte-americana no mundo.

No plano interno, em plena euforia patriótica e bélica, foi promulgado em outubro de 2001 com vigência inicial até 2005, o Ato Patriótico, que em nome da luta contra o terrorismo aumentou as prerrogativas do Estado Policial impondo sérias restrições às liberdades individuais dentro dos EUA. No plano geoeconômico, o governo Bush colocou a ativa promoção da abertura e desregulamentação de todas economias nacionais como um dos pressupostos para a vitória na guerra contra o terrorismo. Nesses termos, pode-se dizer que a luta contra o terrorismo abriu também uma ampla oportunidade de os EUA justificarem seus objetivos geoeconômicos, tais como a promoção de políticas de abertura de mercados e fronteiras para seu grande capital.

No plano geopolítico, com as operações “Justiça Infinita”, “Liberdade Duradoura” e outras, se explicita que, além de combater o terrorismo, essas intervenções têm servido a outros objetivos estratégicos dos EUA nessas regiões. A invasão do Afeganistão a partir de 2002, com o intuito de combater o terrorismo da Al Qaeda de Osama Bin Laden, por exemplo, tem possibilitado aos EUA instalar bases militares no corredor euro-asiático, próximo às fronteiras com a Rússia, onde se localizam as grandes reservas de petróleo do mar Cáspio. Além da perspectiva de debilitar o controle russo sobre as reservas de petróleo e gás da região do Cáspio, a instalação de bases militares norte-americanas deve ao mesmo tempo proteger as reservas de petróleo da região diminuindo a dependência do Ocidente em relação ao Golfo Pérsico e proteger os interesses privados das grandes corporações petrolíferas anglo-americanas (DOWBOR, 2003; CHOSSUDOVSKY, 2004; JOHNSON, 2004). Cabe destacar que o Afeganistão está localizado no centro de cinco potências nucleares, que podem trazer problemas futuros ao expansionismo norte-americano, a saber: China, Rússia, Índia, Paquistão e Casaquistão.

Por essas razões, a guerra contra o Iraque a partir de 2003 não pode ser explicada somente pela questão da segurança dos EUA, que alegavam a presença de armas de destruição em massa sob o controle de Saddam Hussein, fato esse que foi negado por todas as investigações posteriores. Aliás, esses argumentos já haviam sido levantados por Bill Clinton e Tony Blair, em 1998, depois de terem embargado e bombardeado o Iraque durante quase toda a década de 1990.

Essa guerra também deve ser interpretada a partir de objetivos geoeconômicos e geopolíticos dos EUA, tais como os interesses das corporações petrolíferas e armamentistas e os interesses territoriais no Oriente Médio. Além disso, não se deve esquecer que o Iraque havia alterado o preço de seu petróleo de dólar para euro desde o ano 2000, fato que poderia levar os países importadores de petróleo a comprarem euros, enfraquecendo a posição do dólar como moeda mundial.<sup>17</sup> Sob muitos aspectos, a invasão do Iraque em 2003 também pode ser lida como uma confirmação ao mundo de que os EUA não estavam dispostos a se sujeitarem a nenhum acordo internacional que os impedisse de exercer seu poder global. Dito de outra forma, ao atacar o Iraque – sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU e contra as posições da maior parte dos Estados que compõem o sistema internacional – os EUA deram novamente uma demonstração de que não pretendiam abrir mão de seu projeto imperial.

Em 21 de janeiro de 2005, Bush deu início ao seu segundo mandato como presidente dos EUA, dizendo que “é preciso expandir a liberdade”, leia-se expandir o projeto imperial, e defendendo a intensificação de intervenções militares em países que “atentem contra a segurança dos EUA” e “onde a população esteja vivendo sob governos tirânicos ou opressores”. Tais afirmativas demonstraram a vontade do governo de avançar na doutrina da “guerra preventiva” no plano externo. Foi também o desejo expressado pelos estrategistas do Pentágono, que publicaram, em 18 de março de 2005, o documento “A Estratégia de Defesa dos EUA”, no qual em nome da “guerra ao terrorismo” e da “mudança do mundo” defende-se a idéia de promover intervenções militares também em países que não estejam naquilo que eles consideram como o “eixo do mal” e que não estejam em conflitos.<sup>18</sup>

Tomadas em conjunto, pode-se dizer que as posições externas adotadas pelos EUA desde o fim da guerra fria apresentam uma permanência de objetivos políticos e estratégicos que apontam para a tentativa de construir um império mundial. Tal projeto vem sendo marcado pela afirmação da supremacia militar, monetária

<sup>17</sup> Segundo Chalmers Johnson (2004), um dos principais motivos para a instalação de mais de 700 bases militares norte-americanas no mundo é o petróleo. Devemos acrescentar a esses motivos a posição do dólar como moeda mundial, pois o controle sobre a criação do dinheiro e o sistema de crédito é fundamental ao projeto imperial norte-americano.

<sup>18</sup> The Defense Strategy of the United States of America. Ver documento em <http://www.defenselink.mil/March, 2005>.

e financeira a serviço do seu grande capital, disposta a impedir, por um lado, o fortalecimento ou surgimento de potências concorrentes e, por outro, a realização de um grande acordo internacional que limite as ações dos EUA. Para tanto, conforme verificamos, desde 1991, a geopolítica norte-americana vem tentando, principalmente, neutralizar e enquadrar os demais países da tríade (Europa e Japão); substituir a ONU pela OTAN como mecanismo garantidor da ordem internacional; obter o controle exclusivo de rotas de suprimento de energia e de campos petrolíferos na África, no Golfo Pérsico e na Bacia do Cáspio; e militarizar regiões próximas à Rússia, à China e à Índia.

### **Limites e oposições ao poder norte-americano**

Cabe reconhecer que passada mais de uma década após o fim da guerra fria, o projeto imperial norte-americano não foi capaz de garantir a paz mundial, a democracia, o progresso material e muito menos a estabilidade política dentro do sistema internacional. Pode-se dizer que a aventura imperial norte-americana, através de normas monetárias e financeiras, regras mercantis e concorrenciais, bases e expedições militares não tem envolvido compromissos com as sociedades aliadas ou submetidas, sendo incapaz de criar um governo mundial garantidor da paz e do desenvolvimento econômico – como imaginou a ideologia globalista. As conseqüências sociais catastróficas da globalização neoliberal pelo mundo todo, juntamente com as não menos catastróficas intervenções militares “humanitárias” e “preventivas”, constituem um bom exemplo disso.

Em que pesem as alianças, as cumplicidades, os interesses e as convicções entre as elites governantes dos EUA e as elites de outros países, vale constatar que tem aumentado o desconforto de indivíduos, povos e nações em relação ao projeto imperial norte-americano. No que se refere ao combate ao terrorismo, os EUA têm encontrado cada vez menos aliados que se subordinem integralmente a sua forma de abordar e combater o problema. A estratégia de segurança norte-americana, sob a marca da guerra preventiva, trouxe um ambiente de insegurança geral e permanente no sistema mundial, fato que levou, por exemplo, a Coreia do Norte a reativar suas usinas nucleares e o Irã a incrementar seu programa de enriquecimento de Urânio. Mergulhados nos problemas, impasses e escândalos da intervenção no Iraque,

o governo norte-americano parece ter pouca credibilidade e disposição nesse momento para um novo ataque contra o assim chamado “eixo do mal”. Tanto que, a partir do último semestre de 2005, a administração Bush teve que reduzir o unilateralismo e privilegiar as suas alianças estratégicas para tratar das questões que envolvem a Coreia do Norte e o Irã. Numa postura multilateral estratégica, Washington entrou em negociações com a Coreia do Norte, a Coreia do Sul, o Japão, a China e a Rússia para tratar das questões que envolvem a península da Coreia. Do mesmo modo, os EUA estão trabalhando com a França, o Reino Unido, a Alemanha, a Rússia e a China para interromper o programa nuclear iraniano.<sup>19</sup> Dentro da própria sociedade norte-americana têm aumentado as posições contrárias à estratégia de segurança dos EUA no pós-11 de setembro. Ao longo do ano de 2005, cresceram as mobilizações contra a presença militar no Iraque, e, nos primeiros meses de 2006, o presidente Bush teve dificuldades no Congresso para a renovação do Patriot Act, não conseguindo, inclusive, torná-lo permanente.<sup>20</sup>

As promessas da globalização de gerar uma ordem mundial mais homogênea perderam seu encanto à medida que seus resultados foram acelerando as divisões, polarizações, hierarquias e desigualdades tanto entre os Estados nacionais que compõem o sistema mundial quanto entre suas respectivas classes sociais. Tal fato tem implicado, ainda que de forma lenta, na volta das lutas sociais à cena internacional, com o aparecimento de um movimento democrático mundial de contestação à globalização neoliberal. Além disso, também está em curso uma revigoração do nacionalismo no âmbito de determinados Estados nacionais (China, Rússia, Índia, Japão, alguns países europeus e em outras regiões), que pode se traduzir em estratégias militaristas e expansionistas no sistema mundial no futuro. O recente agravamento da disputa mundial pelo controle das reservas de combustíveis não-renováveis e de recursos naturais é um aspecto dessa questão. Tudo isso deve implicar em novos limites ao poder norte-americano que exijam uma redefinição desse poder

<sup>19</sup> Note-se ainda o caso da Líbia, no qual Washington utilizou as negociações diplomáticas para reestabelecer suas relações com esse importante país produtor de petróleo que, até maio de 2006, fazia parte da lista de Estados que patrocinam o terrorismo, segundo o Departamento de Estado dos EUA.

<sup>20</sup> Em dezembro de 2005, o Congresso dos EUA contrariou o desejo do presidente George W. Bush de tornar permanente o Ato Patriótico, aprovando apenas a sua extensão. Em março de 2006 - após longo impasse no Congresso sobre como equilibrar direitos civis e a necessidade de maior vigilância para evitar potenciais ataques - Bush assinou uma versão modificada da lei, que aumenta as garantias dos cidadãos diante das ações do Estado.

no mundo. Afinal, o exercício imperial norte-americano não foi capaz de gerar um império que suprimisse nem as rivalidades e concorrências interestatais nem, muito menos, as resistências sociais.

SANTOS, Marcelo. The U.S. supremacy after the Cold War. *Perspectivas*, São Paulo, v.29, p.37-66, jan./jun. 2006.

- **ABSTRACT:** The article examines the main elements of the USA supremacy in the post-cold war world. For this, the text goes back in the time and analyzes the crisis of the hegemonic expansion of the North-American power in the 1970's, that was followed by policies, military force, monetary and financial answers from the USA that, together, culminated in the North- American imperial project in the post-cold war.
- **KEYWORDS:** *United States Of America. Financial accumulation. Defense. Post-cold war.*

## Referências

ARCEO, E. Hegemonia norte-americana, internacionalização financeira e produtiva e novo pacto colonial. In: CECEÑA, A. E.; SADER E. (Org.). *A guerra infinita: hegemonia e terror mundial*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.80-125.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

BACEVICH, A. J. *American empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

BEINSTEIN, J. *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BELLUZZO, L. G. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.87-117.

BRENNER, R. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHESNAIS, F. A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. p.43-68.

\_\_\_\_\_. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, N. *Uma nova geração define o limite*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHOSSUDOVSKY, M. *Guerra e globalização: antes e depois de 11 de setembro de 2001*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

THE DEFENSE Strategy of the United States of America, March, 2005. Disponível em: < <http://www.defenselink.mil> >. Acesso em: 25 abr. 2005.

DOWBOR, L. EUA: novos rumos? In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; ANTAS JUNIOR, R. M. (Org.). *Estados Unidos: a supremacia contestada*. São Paulo: Cortez, 2003. p.39-51.

FAZIO, H. *¿Quiénes gobiernan América Latina?* Santiago: LOM Ediciones, 2003.

FIORI, J. L. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2001. p.9-35.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOWAN, P. *A roleta global*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HELLEINER, E. Explaining the globalization of financial markets: Bringing States Back. *Review of International Political Economy*, London, v.2, n.2, p.34-56, 1995.

HUDSON, M. *Superimperialism: the origins and fundamentals of US dominance*. London: Pluto Press, 2003.

HUNTIGTON, S. P. The lonely superpower. *Foreign Affairs*, Princeton, v.78. n.2, p.7-32, mar./apr. 2003.

JOHNSON, C. *The sorrows of empire: militarism, secrecy and the end of the republic*. New York: Metropolitan Books, 2004.

\_\_\_\_\_. *Blowback: the costs and consequences of American empire*. New York: Owl Book, 2001.

KISSINGER, H. *Does America need a foreign policy?* New York: Simon & Schuster, 2001.

MAGDOFF, H.; SWEEZY, P. M. *O fim da prosperidade: a economia americana na década de 1970*. Rio de Janeiro: Campus, 1978.

MANDEL, E. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

THE NATIONAL Security Council and The White House. Washington, DC, sept. 2002. Disponível em: <[www.whitehouse.gov/nsc](http://www.whitehouse.gov/nsc)>. Acesso em: 20 out. 2005.

SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.179-222.

SCOWEN, P. *O livro negro dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOLOMON, R. *Money on the move: the revolution in international finance since 1980*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p.27-53.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.111-138.

TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a curta marcha para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.155-190.

WALKER, M. Present at the solution: Madeleine's Albright ambitious foreign policy. *World Policy Journal*, New York, v.14, n.1, p.1-10, 23 jun. 1997.